

**REGULAMENTO DO CONCURSO  
DE APOIO A CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E ESTUDOS NOS DOMÍNIOS DA COOPERAÇÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E AÇÃO  
HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA**

**Enquadramento**

O Camões I.P. – Instituto da Cooperação e da Língua, adiante designado por Camões I.P., concede, mediante concurso, apoio à organização de conferências e seminários.

São consideradas propostas que visem conferências, seminários e estudos no campo da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ação Humanitária e de Emergência e que apresentem abordagens inovadoras sobre temas de manifesta importância para a consolidação, progresso e difusão do conhecimento nos domínios estabelecidos no presente regulamento.

O apoio do Camões I.P. é atribuído a título de comparticipação nos encargos com a organização das iniciativas ou com a publicação dos respetivos produtos. Excluem-se, por conseguinte, iniciativas que visem a obtenção de financiamento integral.

**Artigo 1º**

**Objeto**

1. O presente Regulamento define as condições de acesso ao concurso para apoio por parte do Camões, I.P., à organização de congressos, colóquios, conferências, seminários, adiante designadas “Congressos”, e à realização de Estudos.

**Artigo 2º**

**Entidades Candidatas**

1. Podem candidatar-se Organizações portuguesas de direito privado sem fins lucrativos devidamente constituídas, instituições públicas e Redes e Plataformas que atuem na área da Cooperação Portuguesa.
2. No caso de Congressos e Estudos a desenvolver em associação de várias instituições, deverá ser indicada a responsabilidade de cada uma e identificada a Entidade Beneficiária.
3. À Entidade Beneficiária cabe a coordenação e a interlocução com o Camões I.P., em nome de todos os intervenientes.
4. Só são consideradas candidaturas apresentadas pelas instituições responsáveis pela organização dos Congressos e Estudos.

### Artigo 3º

#### **Admissibilidade e elegibilidade**

1. Os Congressos e os Estudos a concurso devem obrigatoriamente ter lugar nos 12 meses subsequentes à data da comunicação do apoio por parte do Camões I.P.
2. São considerados indispensáveis os seguintes critérios:
  - i. A Organização tem um plano de atividades, no qual se enquadre a iniciativa submetida a financiamento;
  - ii. A Organização tem experiência na preparação de iniciativas na área em que se propõe atuar, de forma a possibilitar a avaliação da sua capacidade de execução;
  - iii. A Organização tem em dia os seus compromissos com a Segurança Social e com a administração fiscal, devendo ser apresentados os respetivos comprovativos;
  - iv. A Organização tem os seus compromissos com o Camões I.P. regularizados, no que diz respeito à apresentação de relatórios e à prestação de contas relativos a apoios anteriores, de modo a que esteja assegurada uma relação transparente com o financiador.
3. Serão privilegiadas iniciativas no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ação Humanitária e de Emergência.
4. Dar-se-á prioridade a matérias transversais, com especial enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo presente a realização do objetivo fundamental de contribuir para erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de Direito, com destaque para a promoção de igualdade de género.

### Artigo 4º

#### **Apoio financeiro**

1. O montante do apoio financeiro a conceder é determinado pelo Camões I.P. até ao limite máximo de 75% dos custos totais, não podendo, no entanto, ultrapassar a quantia de 20 mil euros por candidatura aprovada.
2. O apoio financeiro acordado só será executado quando a Entidade Beneficiária, mediante a assinatura do Termo de Aceitação nos termos do nº 5 do art.º 9º do presente Regulamento, se comprometa a reunir todas as verbas necessárias à concretização do Colóquio e Estudo nos termos aprovados.

## Artigo 5º

### **Elegibilidade das despesas**

1. Não são suscetíveis de financiamento as despesas com:
  - a) Gratificações, complementos de reforma e outros encargos sociais adicionais;
  - b) Imposto sobre o valor acrescentado ou equiparável, sempre que possa ser considerado dedutível por força da legislação aplicável;
  - c) Outros impostos, contribuições e taxas, salvo se forem efetiva e definitivamente suportados no âmbito da execução do Colóquio e Estudo;
  - d) Despesas de representação;
  - e) Encargos financeiros, tais como juros, ágios, diferenças de câmbio, garantias e comissões bancárias e outras despesas meramente financeiras;
  - f) Multas e penalidades de qualquer natureza e encargos com processos judiciais;
  - g) Aquisição de mobiliário e outros equipamentos administrativos;
  - h) Trabalhos realizados pelo promotor ou executor para si próprio, classificáveis na rubrica do POC “Trabalhos para a própria entidade”;
  - i) Custos internos de funcionamento das entidades promotoras ou executoras;
  - j) Despesas com viagens de avião em classe executiva ou superior;
  - k) Remunerações ou honorários permanentes;
  - l) Amortização de equipamentos;
  - m) Manutenção de equipamentos;
  - n) Aquisição ou arrendamento de espaços;
  - o) Encargos com dívidas;
  - p) Aquisição de publicações;
  - q) Funcionamento corrente das instituições, como sejam gastos de água, eletricidade e gás, telefone, etc.;
  - r) Custos indiretos;
  - s) Outras rubricas consideradas não enquadradas na execução dos Colóquios e Estudos, supérfluas ou excessivas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o orçamento global e discriminado da iniciativa deve apresentar a totalidade das despesas que lhe estão afetas.
3. As despesas devem, não só obedecer aos princípios da boa gestão e racionalidade económica, em particular na relação custo/benefício, como também observar o respeito pelas regras do mercado e da total transparência na Aquisição de Bens e Serviços, de acordo com a legislação em vigor.

## Artigo 6º

### **Candidatura**

1. A abertura do concurso será publicitada no sítio do Camões I.P. e em outros meios de comunicação que se considerar pertinentes.
2. O concurso terá uma edição anual.

3. As candidaturas devem ser redigidas em língua portuguesa, sem serem agraphadas nem encadernadas e entregues por uma de duas vias: em mão nas instalações do Camões I.P., sitas na Rua Rodrigues Sampaio, nº 113, 1150-279 Lisboa ou enviadas por correio registado.
4. Deve ser entregue um original da candidatura acompanhado de uma versão digital do formulário.
5. Apenas são admitidas a concurso, as candidaturas apresentadas no formulário próprio disponível no sítio do Camões I.P., devidamente preenchido, que reúnam os requisitos exigidos no presente Regulamento.
6. Um resumo da iniciativa, a preencher no formulário, deve ser apresentado em português e ter em vista a eventual inclusão no sítio do Camões I.P..

#### Artigo 7º

##### **Avaliação e seleção**

1. A verificação dos requisitos de admissibilidade e elegibilidade das candidaturas é efetuada pelo Camões I.P.
2. As candidaturas que não se encontrem devidamente instruídas à data de avaliação não serão consideradas.
3. Para cada candidatura selecionada podem ser recomendadas pelo Camões I.P. eventuais modificações.
4. No âmbito do processo de avaliação e seleção, pode também ser sugerida a colaboração entre iniciativas.

#### Artigo 8º

##### **CrITÉrios de avaliação**

1. Na avaliação das candidaturas estarão presentes os seguintes critérios:
  - a) Adequação da iniciativa aos objetivos do concurso conforme definido no Artigo 1º, designadamente experiência dos oradores, moderadores, investigadores e demais especialistas envolvidos, bem como qualidade e mérito dos trabalhos submetidos a concurso;
  - b) Adequação dos custos apresentados;
  - c) Mérito e mérito científico, originalidade, planeamento, organização, divulgação, resultados esperados, nomeadamente quanto à atividade científica (publicações, atas) e respetiva difusão;
  - d) Relevância do Congresso e Estudo, atualidade dos temas, multidisciplinaridade e importância para outras áreas temáticas, nomeadamente, para a projeção e desenvolvimento de futuras atividades;
  - e) Não sobreposição de objetivos face a outras iniciativas em curso.

2. Serão valorizadas as candidaturas cujas propostas reflitam a colaboração entre instituições e que permitam, dessa forma, a rentabilização de recursos e o maior impacto das ações a realizar.

#### Artigo 9º

##### **Processo de decisão**

1. Após o encerramento do concurso, nos termos do nº 2 do artigo 6º, o processo de aprovação pelo Camões I.P. deverá estar concluído num prazo máximo de 60 dias.
2. A decisão será comunicada a todas as entidades candidatas e a listagem das iniciativas aprovadas será publicada no sítio do Camões I.P..
3. Dada a existência de limites orçamentais, o Camões I.P. reserva-se o direito de aprovar, de entre as candidaturas que reúnam todos os critérios de elegibilidade, as que considera prioritárias para atingir os objetivos da Cooperação Portuguesa.
4. Após a notificação da aprovação deverá ser submetido ao Camões I.P., num prazo de 20 dias, o Termo de Aceitação assinado por quem represente legalmente a Entidade Beneficiária.
5. No Termo de Aceitação é fixada a calendarização de apresentação do relatório de execução, assim como a do pagamento a efetuar por parte do Camões I.P.

#### Artigo 10º

##### **Alterações ao projeto**

1. Alterações significativas quanto ao calendário de execução do projeto, às atividades previstas, ao orçamento ou ao plano de financiamento devem ser previamente comunicadas ao Camões I.P. e fundamentadas com informação detalhada que sustente a necessidade da alteração, e deverão ser autorizadas pelo Camões I.P.

#### Artigo 11º

##### **Pagamentos**

1. Os pagamentos do apoio financeiro são efetuados por transferência bancária para a Entidade Beneficiária.
2. No Termo de Aceitação, o Camões I.P. proporá à Entidade Beneficiária um calendário de pagamentos do financiamento aprovado.
3. Não obstante o disposto no número anterior, e independentemente do valor aprovado a título de financiamento, a Entidade Beneficiária apenas receberá os valores correspondentes às despesas elegíveis por si efetivamente realizadas e justificadas.
4. Caso os pagamentos efetuados nos termos dos números anteriores excedam o valor das despesas efetivamente realizadas pela Entidade Beneficiária na realização da iniciativa, esta obriga-se a devolver ao Camões I.P. o valor excedente.

## Artigo 12º

### **Regras de Visibilidade e Divulgação do Apoio**

1. A Entidade Beneficiária é responsável por assegurar a visibilidade e necessária divulgação do apoio concedido pelo Camões I.P. ao longo do processo decorrente da organização da iniciativa, bem como em todos os materiais de divulgação produzidos, com a inclusão do respetivo logótipo e de acordo com o Manual de Normas Gráficas e Identidade Visual do Camões I.P. fornecido no sítio do Camões I.P..

## Artigo 13º

### **Obrigações da Entidade Beneficiária**

1. A Entidade Beneficiária deve apresentar um relatório nos termos do modelo definido, após o encerramento do Congresso e do Estudo, anexando fotografias e demais materiais produzidos no âmbito do encontro, (cartazes, programas, etc.) e dossier de imprensa, quando aplicável.
2. O relatório deve ser constituído por duas partes, uma relativa à atividade desenvolvida e outra referente à respetiva execução financeira, devendo os mesmos ser elaborados de acordo com as regras definidas no documento de apresentação de Relatório e Contas, disponível no sítio do Camões I.P..
3. A Entidade Beneficiária concede ao Camões I.P. o direito de poder divulgar a iniciativa aprovada e as suas conclusões gerais.

## Artigo 14º

### **Acompanhamento e controlo**

1. As iniciativas aprovadas podem ser objeto de ações de acompanhamento e controlo efetuadas pelo Camões I.P. ou por entidades por ela designadas.
2. O dossiê do processo, a manter na Entidade Beneficiária, deve ser constituído pelos seguintes elementos:
  - a) Formulário de candidatura e respetivos anexos;
  - b) Comunicação da decisão de aprovação;
  - c) Termo de Aceitação;
  - d) Pedido de alteração à iniciativa e respetiva decisão, quando aplicável;
  - e) Cronograma de execução e realização financeira;
  - f) Cópia dos documentos de despesa, relativamente aos gastos gerais do projeto;
  - g) Documentação relativa à divulgação dos apoios recebidos.
3. Os processos técnico-financeiros devem manter-se permanentemente atualizados.

#### Artigo 15º

##### **Rescisão do contrato de comparticipação financeira**

1. Por causa imputável à Entidade Beneficiária, o Camões I.P. poderá cancelar o financiamento atribuído, designadamente por incumprimento do presente Regulamento, ou de outros compromissos assumidos para com o Camões I.P., ou ainda pela recusa da prestação de informações relevantes.
2. Em caso de rescisão do contrato, a Entidade Beneficiária é obrigada a repor as importâncias recebidas, no prazo de 60 dias a contar da data do recebimento da respetiva notificação.

#### Artigo 16º

##### **Esclarecimentos e contactos**

Quaisquer dúvidas respeitantes a este concurso poderão ser esclarecidas através do no sítio do Camões I.P.

#### Artigo 17º

##### **Disposições finais**

Em situações omissas no presente Regulamento prevalecerá a decisão tomada pelo Camões I.P.